ATA nº 05/2013

Aos **quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze**, com início às dez horas e trinta minutos, na Secretaria dos Conselhos Superiores, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo **Professor Carlos Rogério Mauch**, Vice-Reitor, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Professora Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Professor Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Professora Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; **Professora Fabiane Borelli Grecco**, representante da Área de Ciências Agrárias; **Professor Júlio Balzano de Mattos**, representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; **Professora Elizabete Helbig**, representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas; **Professor José Luiz de Pellegrin**, representante da Área de Letras e Artes; **Professor Victor Gonçalves Borges**, suplente do representante do Conselho Universitário e **Acadêmico Tony de Siqueira Sechi**, representante discente e **Carin Vieira Weiss**, suplentes do representante discente. Não compareceu o conselheiro **Professor William Hector Gomez Soto**, representante da Área de Ciências Humanas. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente iniciou a reunião solicitando a inclusão na pauta de um processo do Centro de Letras e Comunicação, referente à homologação do resultado final de Concurso Público, que, segundo o professor Paulo Borges não foi possível enviar anteriormente. Aprovada a solicitação. De pronto passou à análise da ordem do dia: **Item 01:** APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO 2013 – Processo nº 23110.000916/2013-41 - O senhor presidente comentou que, após a discussão sobre o calendário acadêmico proposto, também deveriam discutir sobre os calendários diferenciados dos Cursos de Direito e Economia para o ano de 2013. A conselheira Fabiane Tejada disse que, através do Departamento de Registros Acadêmicos, foi realizada esta proposta de Calendário Acadêmico, que se preocuparam com todos os prazos legais e que quando de sua idealização foi colocada em prática as ideias da nova gestão, como por exemplo, a data das semanas acadêmicas unificadas, fato que já havia ocorrido na UFPel, e tentariam retornar. Comentou também sobre todos os prazos limites estabelecidos pelo calendário. O senhor Presidente disse ter aceitado muito bem essa ideia do bloqueio das semanas, pois garantiriam, sendo previstas dentro do calendário de forma unificada, que todos os eventos trabalhassem de forma efetiva suas atividades sem ocasionar prejuízo acadêmico, visto que não ocorreriam aulas. O Conselheiro Tony Sechi parabeniza a Conselheira Fabiane sobre essa proposta das semanas acadêmicas. Disse já ter em seu currículo a realização de três semanas e que sempre havia pensado que essa seria uma saída até mesmo para reconhecimento desses eventos, mas que entendia ser impossível a realização dentro da nossa Universidade, até mesmo em razão dos locais, como por exemplo, no campus Capão do Leão somente havia o auditório da FAEM, e perguntou como realizar-se-iam as semanas acadêmicas de dez cursos em um único auditório? Comentou também que no Centro havia os auditórios das Faculdades de Direito e Medicina e da Agência da Lagoa Mirim. Disse entender que essa semana seria um sonho, mas dever-se-ia buscar isso mais adiante, pois não se teria atualmente condições estruturais de realizar essas semanas acadêmicas em um só período, até mesmo com relação ao setor de Eventos, que sempre ajudavam nas questões de som etc. O Conselheiro Victor Gonçalves disse concordar com o Conselheiro Tony Sechi por também já ter participado

das semanas acadêmicas tanto como Coordenador de Curso, como, neste momento, Diretor de Unidade. Entendia, como forma de minimizar o problema do espaço físico, a unificação dos cursos para realizarem suas semanas acadêmicas integralizando atividades que fossem do agrado de todos ou que realizassem eventos menores ou mais integrados. Deveriam, então, pensar em como fariam para realizar até terem espaços físicos suficientes. O Conselheiro Tony Sechi disse que somente na Agronomia as semanas acadêmicas colocavam em média quinhentas pessoas e na Veterinária, duzentas, entendia ser muito difícil realizar, embora gostasse da ideia da unificação, entendia que atualmente a Universidade não teria condições de realizar. Conselheiro Júlio Mattos comentou, também, o problema que vários cursos básicos enfrentavam de ter pedidos de alunos, para dispensa em diferentes semanas acadêmicas. Entendia que Cursos como a Agronomia teriam problemas, pois são cursos com muitos alunos, mas que cursos menores, acreditava que conseguiriam realizar na mesma semana, fazendo outras alternativas como, por exemplo, a teleconferência. Conselheiro José Pellegrin disse que concordava com os conselheiros e comentou que a Universidade, com as novas aquisições, com algumas reformas, ter-se-ia locais fantásticos para a realização desses eventos, como os prédios da Brahma e Laneira e, também, que poder-se-ia locar tendas. Mas entendia que deveriam ser encontradas soluções para resolver esses problemas, que isso seria experiência e treino que deixariam nossos alunos preparados para irem para qualquer lugar no mundo e conseguirem solucionar problemas ao invés de sempre tentarem justificar as dificuldades. O senhor presidente comentou que entendia a preocupação do Conselheiro Tony Sechi, com relação à infraestrutura, mas que deveriam ver outras alternativas que, por exemplo, com a existência de cursos noturnos, não haveria a competição com os espaços dos diurnos, cujas semanas acadêmicas poderiam ser à noite e poderiam utilizar, também, as salas de aulas grandes. Disse ver como positiva as semanas integradas, com utilização dos espaços, por exemplo, para aulas temáticas. Disse, ainda, que são desafios a serem enfrentados. Dever-se-ia pensar nessas novas alternativas inclusive em espaços que não são utilizados, e que embora não sejam salões nobres, como o da agronomia, mas que podem ser utilizados. Entendia, então, que poderiam realizar os eventos, embora sabedor das dificuldades que encontrariam. Conselheiro Antonio Cruz entende que deveria ser encontrada uma solução. Disse que com relação às Pró-Reitorias, Setor de Eventos etc., deveria ser feito um planejamento, com esboço das demandas, por exemplo, até abril. Que fariam grupos de trabalho (GT) e que este elencariam as demandas para conseguirem espaços como Biblioteca Pública, IFSul etc., e esse GT trabalharia para solucionar, equacionar os problemas e assim não teriam todas as unidades acadêmicas em busca desses espaços. Conselheiro Tony disse que, sem querer ser pessimista, entendia ser difícil conseguir fazer de maneira unificada e com os cálculos que superficialmente fizera seriam muitos estudantes e não teriam espaço suficiente, principalmente porque seria inverno e teriam problemas se o espaço fosse externo, com tendas, como fora falado. Comentou também quanto aos gastos que os DAs têm com as semanas acadêmicas e que uma semana como a do Curso de Agronomia precisaria em torno de vinte mil reais para ser realizada e que para cursos com grande número de alunos teriam a dificuldade de reservar os maiores espaços a não ser que a Universidade garantisse recursos para essas locações. O Conselheiro Victor Gonçalves ressaltou que se estavam em época de mudanças de paradigmas, dever-se-ia tentar e realizar essa unificação e que as semanas acadêmicas unificadas ficariam, assim, institucionalizadas. Entendia, também, que as Unidades deveriam tomar para si, com a ajuda dos Diretórios Acadêmicos, e fazerem a organização, o que já acontecia no IFM, que já separa recursos para a realização da sua semana acadêmica. Conselheiro Júlio Balzano disse que deveriam tentar unificar ao máximo, inclusive unindo-se os cursos. Caso não

conseguissem, que ninguém seria punido. E entendia ser isso também uma tentativa de buscar-se qualificar os eventos dos cursos. A Conselheira Fabiane Tejada disse ver com um tranquilidade esse assunto. Que cada curso deveria adequar a sua semana acadêmica à sua realidade. Esclareceu que ainda estaria conhecendo os cursos e que não poderia comprometer-se com o pedido do Conselheiro Antonio Cruz porque não estava dentro da sua proposta de trabalho, nos primeiros noventa dias, ter esse encargo de trabalho de ver todas as demandas e tentar atendê-las, até porque nesse primeiro mês estão conhecendo as Unidades, talvez para o próximo ano conseguir-se-ia. Que concordava com o Conselheiro Júlio de que se deveria tentar e que ninguém seria punido caso não conseguisse encontrar o seu espaço adequado. Disse que chamaria os Coordenadores de Colegiado para conversar sobre as semanas acadêmicas. Que se deveria experimentar e as situações negativas seriam revistas para o próximo ano. Conselheiro Tony Sechi disse que continuava entendendo ser inviável e que não concordava com o conselheiro Victor Gonçalves sobre a Unidade fazer a organização, que poderia apoiar, custear, mas não organizar, isto seria feito pelos diretórios acadêmicos, buscar as demandas reais dos estudantes e que a semana acadêmica iria buscar outros conhecimentos diferentes daqueles que o curso oferece no dia-a-dia. Entendia que a organização caberia aos alunos, pois estes saberiam buscar as necessidades que faltavam para complementar aquilo que o curso já oferecia. Disse que como o Reitor havia falado que temos dezessete mil estudantes presenciais ter-se-ia que proporcionar semana acadêmica para todos eles e no mínimo proporcionar locais que colocassem pelo menos os alunos do mesmo turno nos mesmos locais. Não achava interessante fragmentar em mini cursos e acreditava não ter muitos cursos com menos de cem alunos e não ter muitos locais na cidade que colocassem mais de cem pessoas. E entendia, também, pelo lado financeiro ser muito difícil fazer em apenas uma semana todos esses eventos. Por isso considerava ser inviável. Conselheiro Victor Gonçalves esclareceu, respondendo ao Conselheiro Tony, que também concordava que os estudantes devessem organizar vindas das bases as necessidades do que deveriam apresentar. Mas via que as Unidades deixavam tudo a cargo dos DAs e as Unidade "lavavam as mãos" a respeito disso e era com isso que não concordava.. Disse que, com relação aos cursos básicos, também tinham problemas, pois o Instituto de Física e Matemática, que têm cinco cursos básicos para atender, tinham então, cinco semanas para liberação de alunos, o que, com certeza, trazia muitos problemas, inclusive tendo de pararem de dar aulas, então as liberações foram muitas vezes suspensas. Comentou, ainda, que os cursos que tivessem problemas, que trouxessem suas justificativas e este Conselho daria outra solução. Indagou, ainda, se não havia a possibilidade de aumentar o prazo entre os semestres, pois seriam questionados pelos professores. Conselheiro Júlio Mattos explicou da necessidade de prazo para correção de matrículas. Conselheiro Pelegrin perguntou quando seria recuperado o tempo da greve. O senhor presidente esclareceu que para recuperar esse tempo de greve, pela sua extensão, levar-se-ia, no mínimo, uns três anos. Conselheiro Júlio Mattos disse que já se havia recuperado em torno de um mês. Conselheiro Antonio solicitou que na aprovação do calendário fosse garantida possibilidade de ficar em aberto a possibilidade de inclusão de datas, como por exemplo, datas limites para projetos de extensão. Conselheira Fabiane disse não haver problemas, pois como vira que fora feito no calendário da UFRGS, solicitava ao COCEPE que fosse colocada uma cláusula com a possibilidade de inclusão de datas. O Conselheiro Victor Gonçalves comentou sobre o prazo de férias proposto no calendário, pois já ocorreram problemas neste ano. O senhor presidente, então, colocou em votação duas propostas de encaminhamento para votação: Proposta um: o calendário proposto pela PRG, que contempla as semanas acadêmicas unificadas; e a Proposta dois: com modificações, isto é, sem a semana acadêmica unificada e mais modificações.

Colocada em votação foi aprovada a proposta um, com dois votos contrários dos representantes discentes, que apoiavam a proposta dois. O COCEPE aprovou, então, o parecer da Comissão de Graduação – CG, favorável à proposta do Calendário Acadêmico 2013 para os Cursos Semestrais. **À SCS,** para emissão de Resolução. O senhor presidente dando seguimento passou a análise do **Processo nº 23110.008081/2012-96 – CLC** – Área: Estudos da Tradução e Terminologia - O COCEPE aprovou o parecer do Conselho do Centro, homologando o resultado do Concurso para Magistério Superior da UFPel, Edital nº 117/2012, na classe de Adjunto, como segue: 1º Juliana Steil Tenfen – 87,1. Ao CGIC, para emissão de Edital. **Item 02:** RECURSOS E CONCURSOS DOCENTES: **Processo nº 23110.000665/2013-03 – Externo - Rosângela Silveira Barbosa** - Recurso requerendo revisão da prova escrita e reconsideração na retificação de nota – Processo nº 23110.008252/2012-87 - Área: Produção, Nutrição e Alimentação de Bovinos de Leite/Curso de Zootecnia. O COCEPE aprovou o parecer da Conselheira Fabiane Grecco que, ao concordar com o parecer da Banca Examinadora, indefere o presente Recurso. **À SCS,** para dar ciência ao requerente. **Processo nº 23110.008252/2012-87- Curso de Zootecnia/FAEM** - Solicitação para contratação de professor efetivo para o curso de Zootecnia nas áreas de Bovinos de leite, alimentos e alimentação de ruminantes para 40 horas de Dedicação Exclusiva. O COCEPE aprovou o parecer do Conselho Departamental, homologando o resultado do Concurso para Magistério Superior da UFPel, Edital nº 117/2012, na classe de Adjunto, como segue: 1º Gilmar Roberto Meinerz – 8,61; 2º Ione Maria Pereira Haygert Velho – 7,76 e3º Rosângela Silveira Barbosa – 7,71. Ao CGIC, para emissão de Edital. **Processo nº 23110.000217/2013-09 – Externo - Jaire Ederson Passos** - Recurso contra resultado final- Concurso Público para Magistério Superior – Processo nº 23110.008330/2012-43 - Área: Design de Interface/CA. O COCEPE aprovou o parecer do Conselheiro Júlio Carlos Balzano de Mattos (fls. 07), que, ao concordar com o parecer da Banca Examinadora (fls.06 e 07), mantém o resultado do Concurso e indefere o presente Recurso. **À SCS,** para dar ciência à requerente. **Processo nº 23110.008330/2012-43 - Centro de Artes** - Solicitação de Concurso Público para a carreira Docente de Magistério Superior (Assistente) - Área: Design de Interfaces/CA. O COCEPE aprovou o parecer do Conselho do Centro, homologando o resultado do Concurso para Magistério Superior da UFPel, Edital nº 117/2012, na classe de Assistente, como segue: 1º Gilberto Balbela Consoni – 79,942º Fabiana Oliveira Heinrich – 72,12 e 3º Jaire Ederson Passos – 69,84. Ao CGIC para emissão de Edital. **Processo nº 23110.000215/2013-10 – Externo - Carla Alberici Pastore** - Recurso referente à utilização da proporcionalidade na Prova de Títulos - Concurso Público para Magistério Superior – Processo nº 23110.007613/2012-78 - Área: Nutrição Básica e Dietética / Departamento de Nutrição / FN. O COCEPE aprovou o parecer da Banca Examinadora (fls.02 e 03), que, realizando a revisão das notas com a aplicação do Princípio da Proporcionalidade, mantém o resultado final do Concurso Público quanto aos candidatos aprovados e a ordem dos mesmos. **À SCS,** para dar ciência à requerente. **Processo nº 23110.000188/2013-77 – Externo - Alessandra Doumid Borges Pretto** - Solicitação de cópias e esclarecimento sobre a utilização da proporcionalidade no Concurso Público – Processo nº 23110.007613/2012-78 - Área: Nutrição Básica e Dietética/FN. O COCEPE aprovou o parecer da Banca Examinadora (fls.02 e 11), que, realizando a revisão das notas com a aplicação do Princípio da Proporcionalidade, mantém o resultado final do Concurso Público quanto aos candidatos aprovados e a ordem dos mesmos. **À SCS,** para dar ciência à requerente. **Processo nº 23110.000293/2013-14 – Externo - Patrícia Costa Duarte** - Recurso contra resultado final - Concurso Público para Magistério Superior – Processo nº 23110.007792/2012-43 - Área: Logística e Pesquisa Operacional/Engenharia Produção/CEng. O COCEPE aprovou o parecer da Conselheira

Denise Gigante (fls. 10) que, ao concordar com o parecer da Banca Examinadora (fls. 08 e 09), indeferiu o presente Recurso. **À SCS,** para dar ciência à requerente. **Item 03:** **PROCESSO Nº 23110.000749/2013-38 – Mayara Coi Chaves -** Argumentos para solicitação de defesa de TCC - Curso de Gestão Ambiental/CIM. O senhor presidente comentou a solicitação da aluna e os esclarecimentos do Coordenador do Curso. Disse que há a alegação de a aluna ser infrequente, mas não havia documentação comprobatória. Comentou que nas quatro atas demonstravam que não haviam admitido a realização da apresentação do TCC, Leu o parecer do CD. Disse entender que o processo era precário em documentação. A Conselheira Fabiane Tejada disse ter se escutado tanto a aluna como a mãe desta e, também, o Coordenador do Colegiado do Curso. Esclareceu para a mãe da aluna que colocassem por escrito todas as suas solicitações para que pudessem resolver. Comentou que recebeu o Coordenador do Curso e que este havia dito sentir-se muito magoado pela forma como fora tratado, tanto pela aluna como por sua mãe. Disse que sugerira que fizessem um novo contato, mas que não chegaram a um consenso. Entendia que os dois lados haviam errado. Comentou que o coordenador havia dito que a aluna não fizera o contato no período certo e que havia feito o TCC com uma técnica do NURFS e a aluna reclama que o orientador negou-se a recebê-la e orientá-la. O conselheiro Tony comentou que com relação ao professor orientador, este teria tido quatro orientandos sendo que três haviam desistido e, segundo a aluna esclareceu, não estaria infreqüente nas aulas. Ainda, segundo a aluna, havia sido posto para ela que o seu orientador seria o Professor Celso e que ele não aceitara. Comentou que como em outros Colegiados o aluno podia escolher o seu orientador, a aluna solicitava que lhe fosse dada a possibilidade de ter outro orientador. O conselheiro Júlio Mattos comenta que é o orientador quem conduz e encaminha o percurso a ser seguido, disse que o TCC tem que ter um caminho para ser apresentado no final. Conselheiro Tony Sechi comentou que a aluna dissera ter tido uma co-orientadora e que já havia feito o projeto e que se colocava a sua disposição para terminar o TCC. Entendia que, como o Colegiado também havia errado, não era justo sempre o aluno ser prejudicado, e esta aluna seria prejudicada, inclusive já estaria com formatura regular marcada. Comentou também que talvez o erro dela fosse desconhecer o projeto pedagógico e que o próprio curso não tivesse lhe dado acesso a ele. O senhor presidente esclareceu que ninguém pode alegar desconhecimento de documento público. Conselheiro Tony Sechi esclareceu que a aluna não pedia privilégios, somente requeria um novo prazo para apresentar seu TCC, com um novo orientador. Conselheiro Antonio Cruz disse que acreditava ser muito difícil tomar uma decisão sem um trabalho de averiguação. Entendia que se o Colegiado, que conhecia a aluna, tinha posição contrária, como seria feita essa avaliação sendo que a aluna já havia esgotado suas reivindicações no curso? Entendia ser difícil resolver, com possibilidade de cometer-se injustiça. Conselheiro Tony Sechi questionou o Colegiado decidir sobre o assunto sendo que o próprio coordenador era o orientador. Conselheiro Júlio Mattos entendia que o melhor seria reunir os dois processos existentes, o que estava no COCEPE e o que dera entrada na PRG, para que a Comissão de Graduação analisasse com maior cuidado. O COCEPE deliberou o encaminhamento do presente processo à Pró-Reitoria de Graduação para que seja apensado ao outro processo existente, que se refere ao assunto em questão, e seja analisado pela Comissão de Graduação para ser discutido na próxima reunião deste Conselho. À PRG, para atender o solicitado. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos e eu _____ Sabrina Marques D'Ávila Toralles, no exercício da Secretaria dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será igualmente assinada pelo senhor presidente.